

Ficha Técnica

Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director:

João de Deus Cordovil

Director Executivo:

Figueira Antunes

Concepção Gráfica e Paginação:

Divisão de Informação e Informática

Colaboraram neste número:

Amável Candeias
Carlos Almeida
Colatino Simplicio
Conceição Barradas
Fátima Bacharel
José Ramalho
Teresa Godinho

Tiragem: 300 ex.

Edição: Dezembro 2011

Agradecimento:

Agradece-se às entidades que disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Moinho do Ananil - Montemor-o-Novo



Índice

3

Nota de Abertura

4

Monitorização Regional do QREN

10

Programa Operacional Regional do Alentejo - INALENTEJO

13

O INALENTEJO e as Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI)

24

Demografia Regional – Análise da evolução da população por lugares

Nota de Abertura

Com a edição do terceiro número do Boletim Trimestral – “Alentejo Hoje – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional” a CCDRALentejo cumpre em 2011 o objectivo a que se propôs no início do ano com o lançamento desta iniciativa.

Como então enunciado, procura-se com a edição do Boletim Trimestral divulgar periodicamente informação relevante sobre a execução e os impactes dos principais instrumentos das políticas públicas na região, principalmente dos que decorrem da Política de Coesão da União Europeia e que integram o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), bem como acompanhar a evolução económica, social, ambiental e territorial da região e contribuir para a reflexão estratégica sobre as dinâmicas territoriais de desenvolvimento.

A política de cidades é uma área cada vez mais importante para a afirmação competitiva das regiões, promovendo um desenvolvimento urbano qualificado e sustentável e a dinamização da economia e do emprego regional, através de estratégias de cooperação inter-urbanas, onde a inovação, a projecção nacional e internacional das cidades e a parceria entre actores públicos e privados devem estar presentes.

No Alentejo encontram-se aprovadas pelo INALENTEJO seis Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, com temáticas diferenciadas, que valorizam e potenciam sinergicamente especificidades comuns, abrangendo 25 municípios e cerca de 375.000 habitantes, com um investimento global previsto de 38 M€ afectos a 82 projectos de intervenção.

Também a demografia regional, atenta a sua importância para o desenvolvimento da região, merece mais uma vez análise, agora um pouco mais fina, tendo por base os dados preliminares do CENSO 2011.

Num contexto em que se verificou uma diminuição da população do Alentejo entre 2001 e 2011 de 24.847 habitantes, acentua-se a tendência para a fixação da população nos lugares de maior dimensão, com um aumento de 6.768 habitantes nos lugares com mais de 10.000 habitantes, nomeadamente Beja, Elvas, Évora, Portalegre e Sines, o que corresponde a cerca de 21,6% da população total do Alentejo (sem NUT III – Lezíria do Tejo).

Esta tendência não pode no entanto fazer esquecer as po-

líticas públicas que uma parte muito significativa da população ainda reside fora dos maiores centros urbanos do Alentejo, o que coloca desafios muito significativos às políticas de desenvolvimento económico numa perspectiva de coesão territorial e de equidade.

Os fundos comunitários do QREN são um apoio essencial ao desenvolvimento económico, social e ambiental da região, tendo permitido já financiar, entre 2007 e 30 de Setembro de 2011, 4946 projectos a que corresponde um investimento expectável de 4.962 milhões de euros com uma comparticipação do FEDER e do FSE de cerca de 2.623 milhões de euros.

Para estes resultados contribui significativamente o INALENTEJO, com aprovações de investimento de cerca de 1.084 milhões de euros a que corresponde um apoio FEDER de 719 milhões de euros, dos 868,9 milhões de euros que o programa tem disponíveis. O programa apresenta assim a cerca de dois anos do seu termo uma taxa de compromisso de 82,7%, o que, no quadro da reprogramação aprovada no final do corrente ano e da reprogramação estratégica que se perspectiva, permite garantir a plena utilização dos recursos financeiros colocados especificamente à disposição da região para o seu desenvolvimento económico e social no período 2007/2013.

João de Deus Cordovil

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Monitorização Regional do QREN

Resultados a 30 de Setembro de 2011

QREN no Alentejo – 4946 Candidaturas aprovadas e 2623M€ de Fundo Comunitário

Desde o início do Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007) até ao final de Setembro de 2011, foram aprovadas, no continente, mais de 40 mil candidaturas, às quais vai corresponder um valor de investimento total que ultrapassa os 30 mil milhões de euros. De referir que em relação ao trimestre anterior, houve uma evolução positiva de cerca de 2000 candidaturas que correspondem a um acréscimo de 2 mil milhões de investimento total.

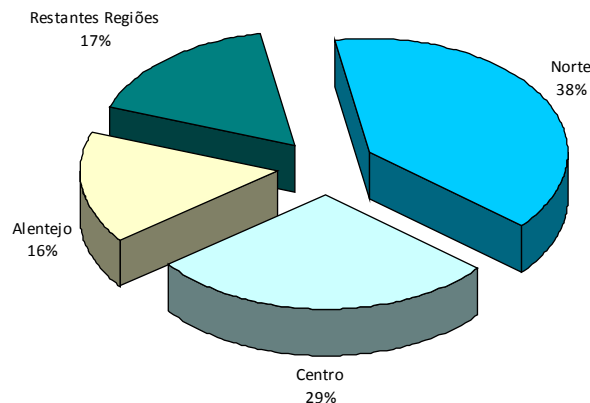
Quadro nº1 – Candidaturas Aprovadas no QREN

	Número	Investimento Total	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	M euros	
QREN	40.318	30.441.328	27.222.411	16.775.786	100,0
Região Norte	17.668	10.693.073	9.693.572	6.433.719	38,4%
Região Centro	12.950	9.421.740	8.400.046	4.741.003	28,3%
Região Alentejo	4.946	4.962.811	4.361.737	2.622.759	15,6%
Região Lisboa	3.162	1.539.973	1.277.258	684.397	4,1%
Região Algarve	1.237	543.753	471.680	254.883	1,5%
Multi-regional convergência	277	1.050.667	990.061	660.976	3,9%
Total Continente	40.240	28.212.017	25.194.354	15.397.738	91,8%
Região Autónoma da Madeira		1.362.564	1.296.325	955.314	5,7%
Região Autónoma dos Açores		829.351	694.407	391.009	2,3%
Não regionalizado	71	37.396	37.324	31.725	0,2%

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

Neste contexto global, 88% das operações aprovadas encontram-se nas regiões de convergência do continente, que por sua vez representam 82% do investimento total aprovado. Neste cenário a região do Alentejo acolhe cerca de 12% do total de candidaturas aprovadas, cerca de 16 % do investimento total proposto e do investimento elegível. Assim, a região do Alentejo mantém, neste trimestre, o seu posicionamento, face à situação global do QREN. Em termos globais o investimento elegível representa 89% do investimento total, valor esse, que é ligeiramente inferior na Região Alentejo (88%). O apoio aprovado a nível de Fundo Comunitário, no total, representa uma taxa de comparticipação 61 % do Investimento elegível, taxa essa que também é ligeiramente inferior no Alentejo (60%).

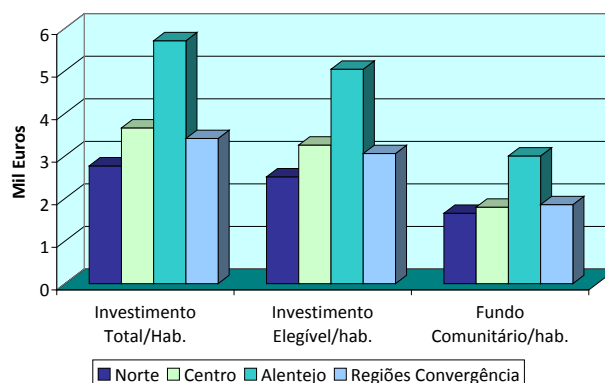
Gráfico 1 – Fundo Comunitário Aprovado por Regiões



O Alentejo é a região do continente com maior intensidade de investimento per capita de Fundo Comunitário Aprovado – 3,4 mil euros por habitante, e menor valor por Km² – 83 mil euros

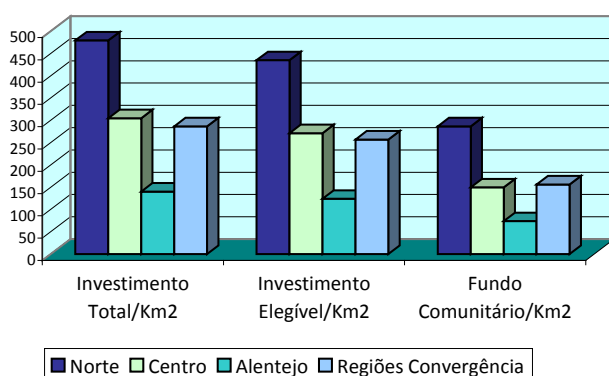
O Alentejo é a região do continente que apresenta valores per capita aprovados para o investimento total, investimento elegível e fundo comunitário mais elevados, valores estes que se situam todos acima da média observada para as regiões de convergência do continente. No que respeita aos valores de fundo comunitário aprovado por habitante o maior valor surge no Alentejo com cerca de 3380 euros e o menor valor regista-se na Região Norte com cerca de 1750 euros. Esta situação decorre fundamentalmente da distribuição da população em cada uma destas regiões (o Norte muito populoso enquanto o Alentejo tem um vasto território com pouca população).

Gráfico nº 2 – Investimento e Fundo Comunitário per capita por Regiões



Quando se realiza o mesmo tipo de análise tendo por base a área de cada uma das regiões, o Alentejo apresenta menores valores por Km² para estas variáveis e todas elas inferiores ao valor médio das regiões de convergência do continente. A Região Norte é aquela onde os valores de fundo comunitário por Km² são superiores, apresentando cerca de 302 mil euros por Km² e o Alentejo apenas 83 mil euros por Km².

Gráfico nº 3 – Investimento e Fundo Comunitário por Km2 por Regiões



18% do total de investimento aprovado nos PO Temáticos destina-se ao Alentejo

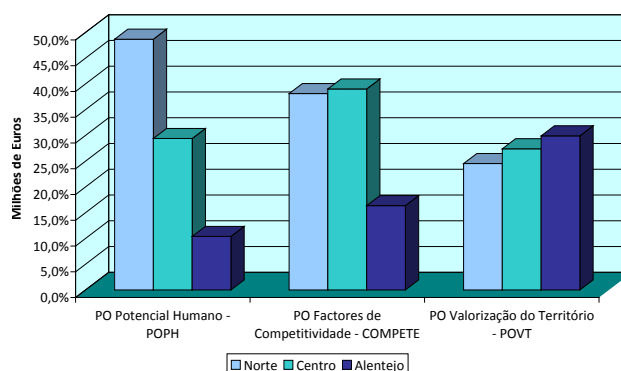
A análise das aprovações no âmbito dos PO Temáticos evidencia que o maior volume de investimento elegível aprovado, se encontra na região Norte, que concentra cerca de 36% do investimento elegível e o Alentejo acolheu cerca de 18% do total de investimento elegível aprovado no âmbito destes PO, tendo em conta as três Regiões Convergência do Continente. O peso relativo do Alentejo no que respeita à captação de investimento aprovado no âmbito dos PO Temáticos, tem sofrido poucas alterações, verificando-se um ligeiro aumento de cerca de 1% entre 31 de Março e 30 de Setembro.

Quadro nº 2 – Candidaturas Aprovadas nos PO Temáticos

Programas Operacionais	NUT II			
	Total	Norte	Centro	Alentejo
	M euros	M euros	M euros	M euros
Investimento Elegível Total	18.283.748	6.530.078	6.454.682	3.277.806
PO Potencial Humano	6.938.742	3.335.044	2.023.938	719.598
COMPETE	7.079.745	2.176.283	3.279.301	1.252.023
PO Valorização do Território	4.265.261	1.018.751	1.151.443	1.306.185

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

Gráfico nº 4 – Relevância das regiões convergência do Continente nos Fundos Comunitários Aprovados nos PO Temáticos



Fonte: Observatório do QREN

Mas quando se efectua a análise individualmente por PO Temático, constata-se que a Região Norte é a que maior volume de apoio comunitário mobiliza para a valorização dos recursos humanos (49% do total), enquanto a região Centro é a que apresenta maior volume de incentivo para apoio ao tecido empresarial (39% do total).

Por sua vez, a região Alentejo é a que detém o maior volume de apoio Comunitário no POVT, fruto sobretudo dos investimentos no EFMA (Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva) e de outros investimentos estruturantes, tais como a linha ferroviária Sines - Elvas.

Quando se analisam os valores de investimento per capita, no âmbito do POPH, constata-se que o maior valor surge no Alentejo com cerca de 927 euros de Investimento Elegível aprovado por habitante e o menor valor aparece na região Centro com um valor próximo de 862 euros de investimento elegível aprovado por habitante.

Em contrapartida, no caso do POVT, que se encontra mais vocacionado para intervenções no território, ao fazer-se uma análise da aplicação do Investimento Elegível por Km² verifica-se que o maior valor obtido diz respeito à região Norte com valor de investimento que ascende a cerca de 48 mil euros por Km², situando-se no pólo oposto as regiões Centro e Alentejo onde o investimento por Km² anda por valores de cerca de 41 mil euros.

Para o COMPETE, numa análise efectuada ao volume médio de investimento elegível por empresa, tendo em conta o número total de empresas por região, constata-se que a região Alentejo é a que apresenta maior valor (18,5 mil euros/empresa), logo seguida pela região Centro (13,8 mil

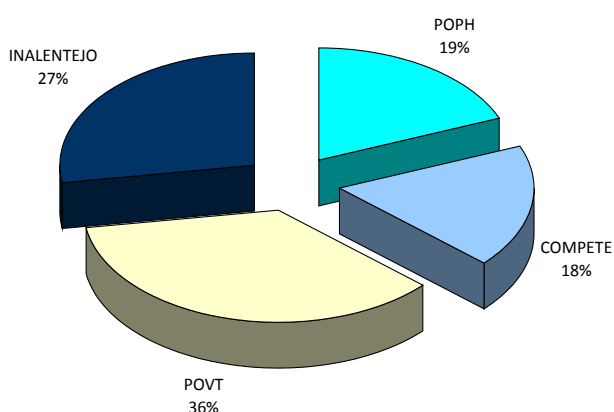
euros/empresa) e pela região Norte (6,1 mil euros/Empresa).

O Alentejo, mantém o seu posicionamento, verificado em trimestres anteriores, face às restantes regiões de convergência do continente.

O PO Valorização do Território representa 36% dos fundos comunitários do QREN aprovados para o Alentejo

Com incidência na Região, além dos PO temáticos do QREN - Programa Operacional Potencial Humano (POPH), Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE) e Programa Operacional Valorização do Território (POVT) - há ainda a referir o Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (POCTEP) que faz parte integrante do QREN, o Programa Operacional da Pesca (PROMAR), co-financiado pelo Fundo Europeu das Pescas, e o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), co-financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). De referir que para o PROMAR não existe informação actualizada e para o PRODER não nos foi possível obter outra informação para além da constante no Relatório de Execução de 2010, informação já utilizada no número anterior deste boletim.

Gráfico nº 5 – Fundo Comunitário Aprovado por PO no Alentejo



Utilizando a informação regionalizada fornecida pelo Observatório do QREN, constata-se que a nível de Fundo Comunitário aprovado para a Região Alentejo, o POVT apresenta o valor mais significativo, com 36%, superando mesmo o PO regional que representa 27%.

Quadro nº 3 – Candidaturas Aprovadas nos PO Temáticos no Alentejo

	Número	Investimento Total	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	M euros	
Total QREN no Alentejo	3.510	3.737.675	3.304.613	1.919.129	100,0
PO Potencial Humano	2.728	719.598	719.598	493.985	25,7%
COMPETE	514	1.454.662	1.252.023	467.777	24,4%
PO Valorização do Território	125	1.536.608	1.306.185	942.096	49,1%
PROMAR*	95	12.141	12.141	4.271	0,2%
POCTEP	48	14.666	14.666	10.999	0,6%

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

* - Informação disponível a 31/12/2010

Relativamente a candidaturas aprovadas, o maior quantitativo regista-se no POPH que detém 78 % do total de candidaturas aprovadas no âmbito dos PO Temáticos em vigor na Região do Alentejo. Já no que respeita aos outros indicadores (Investimento Total, Investimento Elegível e Fundo Comunitário), os valores mais significativos são registados ao nível do POVT com valores relativos de 41%, 40% e 49%, respectivamente.

De salientar um acréscimo do número de operações aprovadas de cerca de 12% no total de operações aprovadas no âmbito dos PO Temáticos no Alentejo, entre 31 de Março e 30 de Setembro ao que corresponde um acréscimo de cerca de 17% no investimento total, no mesmo período.

No que respeita aos indicadores de execução destes PO, observa-se que todos os indicadores utilizados apresentavam valores percentuais mais favoráveis no contexto Nacional do que no contexto regional.

Quadro nº 4 – Indicadores Financeiros por PO Temáticos

	Taxa de realização (EX/AP)		Taxa de pagamento (PG/AP)		Taxa de reembolso (PG/EX)	
	Total	Alentejo	Total	Alentejo	Total	Alentejo
	%	%	%	%	%	%
Total Contratado	44,3%	34,1%	43,4%	30,7%	100,4%	103,2%
PO Potencial Humano	61,5%	60,5%	59,4%	56,3%	96,8%	93,3%
COMPETE	33,5%	32,5%	36,7%	34,8%	109,9%	107,3%
PO Valorização do Território	40,8%	29,9%	34,5%	27,2%	94,3%	96,8%

Fonte: Observatório QREN - Quadro NUTS III

Há que destacar que no que respeita ao COMPETE as taxas de reembolso são superiores a 100%, implicando a existência de um volume maior de pagamentos relativamente à quantidade de despesa validada.

Nas aprovações por NUT III, o Alentejo Central destaca-se quanto ao volume de investimento aprovado

Em termos de distribuição das candidaturas e respectivos valores por NUTS III, com base nos PO onde é possível fazer-se esta desagregação, nomeadamente POVT, COMPETE e INALENTEJO, verificou-se que o maior número de candidaturas aprovadas e a maior parte do Fundo Comunitário aprovado para apoiar as operações, se encontrava na NUTS III Alentejo Central (de referir que o facto das candidaturas incluídas no quadro 6 como «Alentejo (s/desagregação por NUT III)» estarem regionalizadas só ao nível da NUT II e não da NUT III, não permite que esta análise se faça também para outros programas, nomeadamente para o POPH).

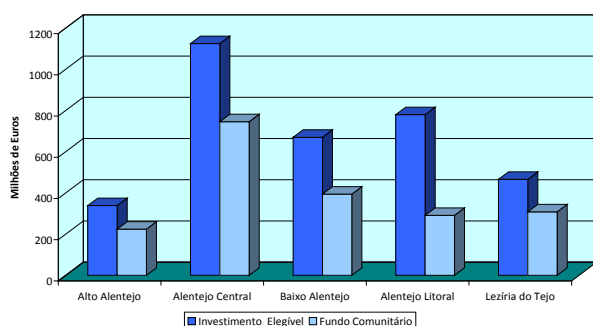
Quadro nº 5 – Candidaturas Aprovadas no Alentejo por NUTS II

	Número	%	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
			M euros	M euros	
Total QREN no Alentejo	4.946	100,0	4.361.737	2.622.759	100,0
Alentejo (s/ desagregação por NUTS III)	2.728	55,2%	719.598	493.985	18,8%
Alto Alentejo	337	6,8%	338.086	224.126	8,5%
Alentejo Central	626	12,7%	1.124.352	745.297	28,4%
Baixo Alentejo	407	8,2%	669.690	393.938	15,0%
Alentejo Litoral	234	4,7%	779.283	290.745	11,1%
Lezíria do Tejo	400	8,1%	465.751	307.884	11,7%
Não regionalizado	214	4,3%	264.978	166.783	6,4%

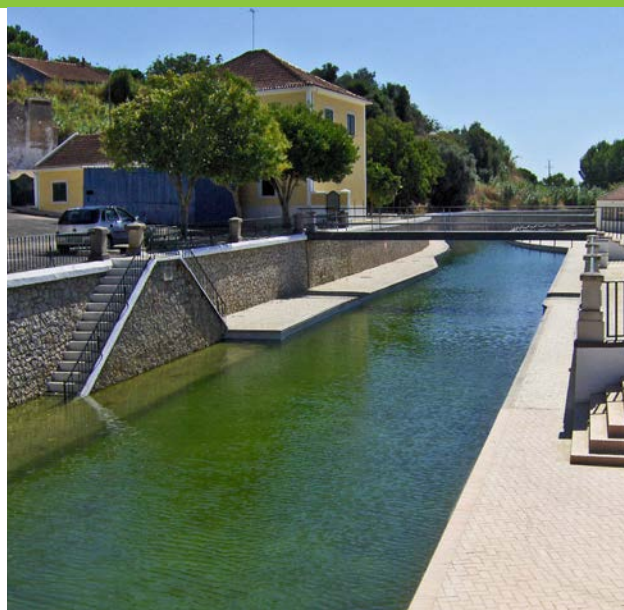
Fonte: Observatório QREN - Quadro NUTS III

No entanto, se a análise for feita com base no investimento elegível aprovado, constata-se que para além do Alentejo Central também o Alentejo Litoral apresenta um volume de investimento considerável, situação esta que decorre fundamentalmente do maior volume de investimento aprovado no âmbito do COMPETE pelas empresas localizadas no Pólo Industrial de Sines, sendo a taxa média de comparticipação neste programa, inferior à dos restantes.

Gráfico nº 6 – Investimento Elegível e Fundo Comunitário Aprovado por NUTS III



Fonte: Observatório do QREN



INALENTEJO - Valorização do Rio da Fonte de Pontével



INALENTEJO - Balcão multimídia

INALENTEJO - Extensão de Saúde, Cano



Quadro nº 6 – Investimento Elegível no Alentejo por PO Temático e NUTS III

Programa Operacional	NUT III				
	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
	M euros	M euros	M euros	M euros	M euros
Total PO's Temáticos na NUTS III	779.283	338.086	1.124.352	669.690	465.751
PO Potencial Humano					
COMPETE	365.927	64.386	244.365	229.993	155.253
PO Valorização do Território	192.679	91.966	610.001	269.527	142.011
INALENTEJO	220.677	181.734	269.985	170.171	168.486

Fonte: Observatório QREN - Quadro NUTS III

Ao fazer a análise da distribuição do investimento por PO Temático nas NUTS III do Alentejo, observa-se que o COMPETE é o PO mais representativo no investimento da NUTS Alentejo Litoral, na qual representa 47% do investimento total referenciado nesta NUTS III. Por sua vez o POVT assume particular destaque nas NUTS III, Alentejo Central e Baixo Alentejo, com 54% e 40% do investimento elegível, respectivamente. Por sua vez, nas NUTS III Alto Alentejo e Lezíria do Tejo a maior parte do investimento é proveniente do INALENTEJO, com valores que ascendem a 54% e 36%, respectivamente, do investimento referenciado para cada uma das NUTS III.

Os projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos já representam 1.330 M€ de investimento, até 2013

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) mobiliza três grandes Sistemas de Incentivos (SI), que se encontram organizados em torno do Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC / COMPETE) e dos Programas Operacionais Regionais.

Os Sistemas de Incentivos (SI) visam promover a produtividade e a competitividade e são instrumentos fundamentais da política pública nacional para a modernização e dinamização da economia.

INALENTEJO - Loja do Cidadão, Campo Maior

**Quadro nº 7 – Candidaturas Aprovadas nos SI no Alentejo por NUTS III**

Programa Operacional	NUT III			
	N.º Projectos	Investimento Elegível	Incentivo	% de Incentivo
	N.º	M euros	M euros	%
Alentejo	446	1.330.388	497.805	100,0%
Alentejo Central	142	344.793	197.929	39,8%
Alentejo Litoral	51	508.340	98.785	19,8%
Alto Alentejo	59	103.128	50.889	10,2%
Baixo Alentejo	38	234.736	80.588	16,2%
Lezíria do Tejo	150	130.379	65.038	13,1%
Multi-Regiões	6	9.012	4.566	0,9%

Fonte: SI QREN - Ponto de situação dos SI da Agenda da Competitividade do QREN n.º 56 (15/11/2011)

O maior volume de incentivo aprovado no âmbito dos SI encontra-se no Alentejo Central que concentra cerca de 40% do Fundo Comunitário aprovado. Já quando se avalia o volume de Investimento elegível aprovado constata-se que é o Alentejo Litoral que se destaca com 38% do total do Alentejo.

No Alentejo Central destaque para o valor do incentivo contratado e no Alentejo Litoral para o valor do incentivo pago

No que respeita ao volume de incentivo contratado observa-se que a NUTS III Alentejo Central é a que apresenta um valor maior que corresponde a mais de 1/3 do incentivo contratado nesta região ao abrigo dos SI. Esta NUTS III, conjuntamente com a NUTS III Alentejo Litoral, detêm mais de 58% do volume de incentivo contratado no Alentejo.

Quadro nº 8 – Candidaturas Contratadas e Pagas nos SI no Alentejo por NUTS III

Programa Operacional	NUT III			
	N.º Projectos	Incentivo Contratado	N.º Projectos	Incentivo pago
	N.º	M euros	N.º	M euros
Alentejo	386	443.841	222	150.273
Alentejo Central	123	160.468	63	32.601
Alentejo Litoral	46	98.098	25	45.901
Alto Alentejo	54	44.697	31	14.856
Baixo Alentejo	33	79.326	19	35.431
Lezíria do Tejo	125	57.002	83	20.782
Multi-Regiões	5	4.250	1	701

Fonte: SI QREN - Ponto de situação dos SI da Agenda da Competitividade do QREN n.º 56 (15/11/2011)

Relativamente ao incentivo pago verifica-se que a NUTS III Alentejo Litoral é a que apresenta maior volume de incentivo pago com um valor que se aproxima os 31%. Esta NUTS III, conjuntamente com a NUTS III Baixo Alentejo, detêm mais de 54% do volume de incentivo pago no Alentejo.

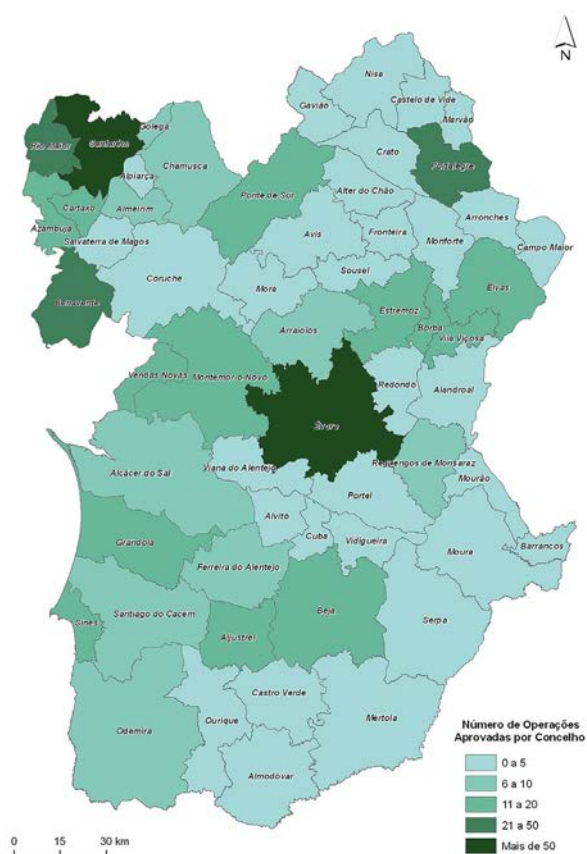
A territorialização das candidaturas aos Sistemas de Incentivos do QREN

A análise das candidaturas apresentadas aos Sistemas de Incentivos do QREN pode ser uma boa forma de avaliar a dinâmica do tecido económico e dos territórios em que se integra. Neste sentido, apresentam-se dois mapas que permitem uma visão global sobre a distribuição das candidaturas e dos investimentos por toda a região, descendo na análise até ao nível do concelho, identificando desta forma as diferentes dinâmicas observadas.

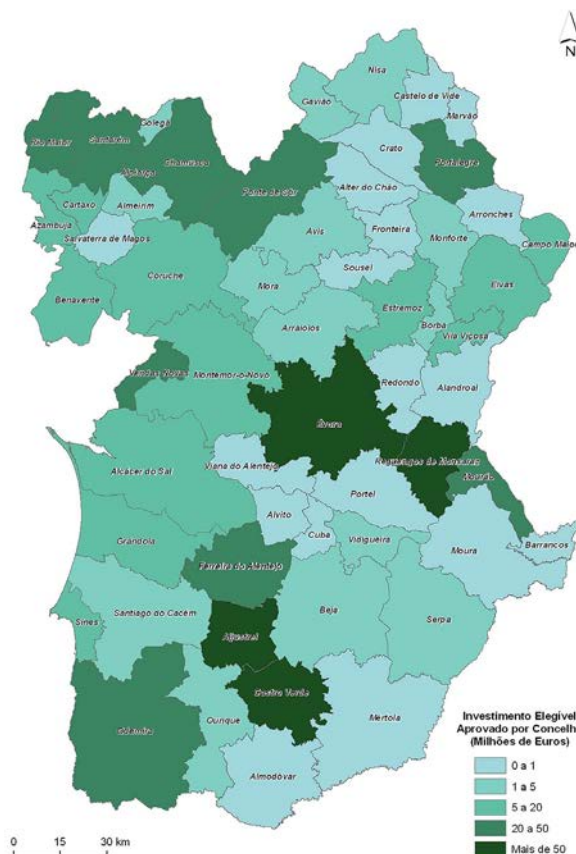
O número de operações aprovadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos (POFC + INALENTEJO) apresenta um valor médio de 11 candidaturas por concelho. A maior parte dos concelhos da região (31) tem um número de operações aprovadas igual ou inferior a 5 e somente 19 têm um número de operações aprovadas igual ou superior ao valor médio observado e, destes apenas Santarém e Évora apresentam mais de 50 operações aprovadas.

No que respeita ao Investimento Elegível a média regional é de 19 milhões de euros por concelho, havendo 15 concelhos que apresentam valores superiores à média registada e 43 com valores inferiores. Estes valores são claramente indicativos de uma distribuição assimétrica dos investimentos, na qual os maiores valores registados são normalmente coincidentes com as zonas que revelam maior dinamismo económico. De registar ainda que se verifica que existem 28 concelhos com menos de 5 milhões de euros de investimento elegível aprovado, 18 dos quais não chegam a ter 1 milhão de euros de investimento elegível. Em contrapartida, os cinco concelhos com maior volume de investimento superam, em conjunto, os 530 milhões de euros.

Mapa 1 – Operações Aprovadas no âmbito dos SI por concelhos



Mapa 2 – Investimento Elegível Aprovado no âmbito dos SI por concelhos



Programa Operacional Regional do Alentejo - INALENTEJO

Resultados a 30 de Setembro de 2011

QREN no Alentejo – 4946 Candidaturas aprovadas e 2623M€ de Fundo Comunitário

Desde o início do Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007) até ao final de Setembro de 2011, foram aprovadas, no continente, mais de 40 mil candidaturas, às quais vai corresponder um valor de investimento total que ultrapassa os 30 mil milhões de euros. De referir que em relação ao trimestre anterior, houve uma evolução positiva de cerca de 2000 candidaturas que correspondem a um acréscimo de 2 mil milhões de investimento total.

Quadro nº 9 – INALENTEJO – Indicadores financeiros

Designação	FEDER						
	Total	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Eixo 6
	M euros	M euros	M euros	M euros	M euros	M euros	M euros
Dotação do Fundo	868,9	293,6	139,9	200,9	131,4	77,2	26,0
Fundo Aprovado	718,9	234,3	135,0	246,7	64,8	27,4	10,7
Fundo Validado	150,5	33,4	30,2	71,1	5,6	4,0	6,2
	%	%	%	%	%	%	%
Taxa de Execução (Validado/Programado)	17,3	11,4	21,6	35,4	4,2	5,2	23,8
Taxa de Realização (Validado/Aprovado)	20,9	14,3	22,4	28,8	8,6	14,6	57,9
Taxa de Compromisso (Aprovado/Programado)	82,7	79,8	96,5	122,8	49,3	35,6	41,2
Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento							
Eixo 2 - Desenvolvimento urbano							
Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial							
Eixo 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural							
Eixo 5 - Governação e Capacitação Institucional							
Eixo 5 - Assistência técnica							
Fonte: INALENTEJO							

Desta forma e até ao final do 3º trimestre de 2011, foram já aprovados 718,9 milhões de euros de fundo comunitário, dos 868,9 milhões de euros que o INALENTEJO tem disponíveis .

O eixo prioritário Desenvolvimento Urbano com maiores taxas de execução e de realização

Estas dotações foram maioritariamente aplicadas em operações candidatas ao Eixo 3, Conectividade e Articulação Territorial, que se assume como aquele que apresenta igualmente maiores taxas de realização e de execução com valores que atingem 28,8% e 35,4%, respectivamente.

No 3º trimestre de 2011 só 0,9% das operações se encontravam concluídas

Em termo globais, no final de Setembro, no âmbito do INALENTEJO, apenas 0,9% das operações se encontravam concluídas, o que corresponde a 14 operações, que chegaram ao fim, num universo de 1499 candidaturas que solicitaram apoios no âmbito daquele programa operacional.

Quadro nº 10 – INALENTEJO – Estado das Candidaturas

Estado das candidaturas	Nº de operações	
	Nº	%
Total Programa Operacional	1.499	100,0
Aprovada	1.381	92,1
Anulada	71	4,7
Rescindida	33	2,2
Concluída	14	0,9
Fonte: INALENTEJO		

Daquele total de candidaturas, 92,1% correspondem a operações aprovadas, num quantitativo de 1381, e cerca de 7% não foram consideradas devido a anulações (4,7%) ou rescisões (2,2%).

A Administração pública e a construção absorvem entre si e em proporções semelhantes, mais de metade dos montantes aprovados

No contexto da tipificação das actividades económicas apoiadas pelo INALENTEJO, até finais de Setembro de 2011, é possível verificar que a administração pública e a construção absorvem entre si e em proporções semelhantes, mais de metade dos montantes aprovados para financiamento (25,9 e 24.3%, respectivamente).

Se olharmos para o FEDER que foi comprovadamente aplicado na região, aquelas duas componentes da actividade económica ainda apresentam uma importância maior de tal forma que, no seu conjunto, representam mais de 60% dos apoios comunitários aplicados na região.

Quadro nº 11 – INALENTEJO – Aprovações e Execuções por Actividade Económica

Actividade Económica	Aprovação				Execução	
	Investiment o elegível	Fundo Comunitário	Investiment o elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.083,9	718,9	100,0	100,0	150,5	100,0
Administração pública	250,6	186,2	23,1	25,9	44,7	29,7
Construção	234,2	174,8	21,6	24,3	45,6	30,3
Hotéis e restaurantes	128,3	68,9	11,8	9,6	11,9	7,9
Ação social e serviços colectivos, sociais e pessoais	101,8	70,6	9,4	9,8	7,0	4,7
Indústrias alimentares e das bebidas	75,0	28,4	6,9	3,9	0,2	0,1
Indústrias transformadoras diversas	65,9	39,8	6,1	5,5	3,3	2,2
Educação	61,3	45,8	5,7	6,4	16,4	10,9
Outros	166,8	104,5	15,4	14,5	21,4	14,2

Fonte: INALENTEJO

Para além destas e de entre a diversidade de actividades económicas, apenas apresentam alguma importância os hotéis e a restauração – que absorvem 9,6 e 7,9%, respectivamente do FEDER aprovado e executado – e a acção social e os serviços colectivos, para onde se cativaram 9,8% do fundo comunitário aprovado, e menos de 5% dos valores aplicados regionalmente.

Eixos prioritários da Competitividade, Inovação e Conhecimento e do Desenvolvimento Urbano, são responsáveis por mais de 2/3 do FEDER aprovado

A análise da distribuição do FEDER aprovado nas operações apoiadas pelo INALENTEJO permite verificar que o Eixo 1, Competitividade, Inovação e Conhecimento, e o Eixo 3, Conectividade e articulação territorial, são os principais receptores de pedidos de apoio comunitário, cabendo-lhe, numa proporção muito semelhante, mais de 2/3 do fundo aprovado. O Eixo 2, Desenvolvimento urbano, embora com menor incidência, é ainda responsável por 17,6% dos montantes aprovados.

Quadro nº 12 – INALENTEJO – Aprovações e Execuções por Eixo Prioritário

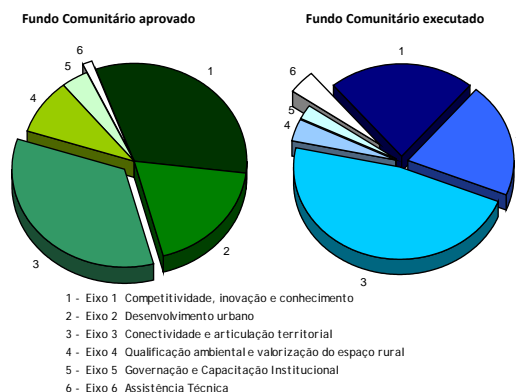
Eixo Prioritário	Aprovação				Execução		
	Investiment o elegível	Fundo Comunitário	Investiment o elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%	
Total Programa Operacional	1.083,9	718,9	100,0	100,0	150,5	100,0	
Eixo1 - Competitividade, inovação e conhecimento	422,5	234,3	39,0	32,6	33,4	22,2	
Eixo2 - Desenvolvimento urbano	190,6	135,0	17,6	18,8	30,2	20,1	
Eixo3 - Conectividade e articulação territorial	327,7	246,7	30,2	34,3	71,1	47,2	
Eixo4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural	92,8	64,8	8,6	9,0	5,6	3,7	
Eixo5 - Governação e Capacitação Institucional	37,8	27,4	3,5	3,8	4,0	2,7	
Eixo6 - Assistência Técnica	12,6	10,7	1,2	1,5	6,2	4,1	

Fonte: INALENTEJO

No que respeita à capacidade de execução de despesa, analisada no contexto dos eixos prioritários, verifica-se uma maior discrepância relativa, com destaque para o Eixo 3, Conectividade e Articulação Territorial, que é responsável por cerca de metade (47,2%) do FEDER validado.

Com despesa executada em montantes ainda consideráveis, aparecem os eixos 1 e 2, que registam cifras muito semelhantes que, no seu conjunto, correspondem a pouco mais de 2/5 da despesa total executada.

Gráfico nº 7 – INALENTEJO – aprovações e execuções por eixo prioritário



A Administração Autónoma Local principal beneficiária dos apoios comunitários

A Administração Autónoma Local continua a evidenciar-se como a principal beneficiária dos apoios comunitários tendo visto, no terceiro trimestre de 2011, a sua capacidade de absorção de fundos aumentada, sendo responsável por cerca de metade (47,2%) dos montantes de FEDER aprovados.

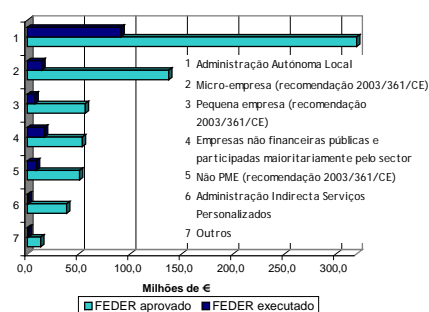
Quadro nº 13 – INALENTEJO – aprovações e execuções por tipo de beneficiário

Tipo de Beneficiário	Aprovação				Execução	
	Investiment o elegível	Fundo Comunitário	Investiment o elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.083,9	718,9	100,0	100,0	150,5	100,0
Administração Autónoma Local	446,5	339,6	41,2	47,2	91,0	60,4
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	274,5	137,4	25,3	19,1	14,2	9,4
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	93,6	56,4	8,6	7,8	7,5	5,0
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	76,1	53,4	7,0	7,4	16,8	11,1
Administração Indirecta Serviços Personalizados	73,8	50,8	6,8	7,1	8,9	5,9
Entidade Privada sem fins lucrativos	54,9	38,2	5,1	5,3	1,1	0,8
Outros	64,6	43,0	6,0	6,0	11,1	7,4

Fonte: INALENTEJO

O sector empresarial, constituído pelas pequenas e micro empresas, no seu conjunto, responsabilizou-se por pouco mais de ¼ dos fundos comunitários aprovados.

Gráfico nº 8 – INALENTEJO – aprovações e execuções por tipo de beneficiário



No que concerne à capacidade de realização de despesa, também se evidencia, ainda com maior relevância, a administração local, que aparece como responsável por mais de 60% do FEDER validado. Evidencia-se também, certamente devido aos efeitos da crise financeira, a maior dificuldade de executar despesa por parte do sector privado, que, no conjunto das pequenas com as micro empresas, apenas comprovou pagamentos em montantes inferiores a 15% dos apoios comunitários aprovados na região do Alentejo.

Inovação empresarial, política de cidades e requalificação da rede escolar - principais tipologias de operações financiadas no INALENTEJO

O patrocínio da inovação empresarial continua a ser a tipologia de operação que mais pesa no contexto da aprovação de FEDER no INALENTEJO, (23,9%), numa proporção sensivelmente igual àquela que é absorvida pelo conjunto da política de cidades (13,2%) e pela requalificação da rede escolar (11,7%). Já no que se refere à capacidade de execução de despesa aquela situação aparece invertida, evidenciando-se a maior capacidade do sector público, quer no contexto da rede escolar (18,6%), quer na política de cidades (14,8%), para a realização dos investimentos.

Quadro nº 14 – INALENTEJO – aprovações e execuções por tipologia de operações

Tipologia da Operação	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.083,9	718,9	100,0	100,0	150,5	100,0
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	323,3	172,0	29,8	23,9	19,1	12,7
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	130,6	95,2	12,1	13,2	22,3	14,8
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	107,8	84,1	9,9	11,7	28,1	18,6
Mobilidade Territorial	87,7	68,0	8,1	9,5	29,1	19,3
Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	64,7	45,4	6,0	6,3	9,0	6,0
Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	48,7	35,6	4,5	5,0	3,4	2,3
Outros	321,1	218,6	29,6	30,4	39,6	26,3

Fonte: INALENTEJO

Os incentivos à inovação, maioritariamente adstritos ao sector privado, espelham as dificuldades dos empresários no contexto de crise económica, e reportam despesa que não atinge os 13% do FEDER já aprovado para o desenvolvimento da região.

Os serviços colectivos à população representam a área de intervenção mais beneficiada

O assegurar dos serviços colectivos à população representa a área de intervenção mais beneficiada pelos apoios comunitários, quer em termos de FEDER aprovado (26,7%), quer no contexto da capacidade de efectuar despesa (29,3%).

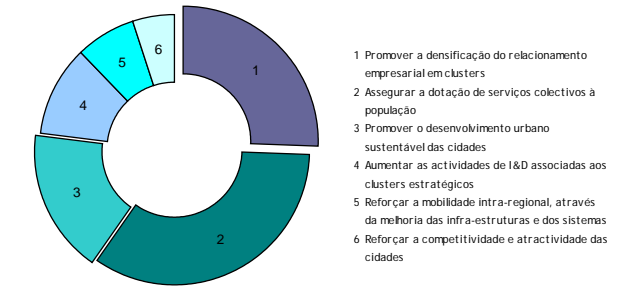
Quadro nº 15 – INALENTEJO – aprovações e execuções por Áreas de Intervenção

Áreas de Intervenção	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.083,9	718,9	100,0	100,0	150,5	100,0
Promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters	278,1	142,2	25,7	19,8	21,3	14,2
Assegurar a dotação de serviços colectivos à população	257,3	192,0	23,7	26,7	44,1	29,3
Promover o desenvolvimento urbano sustentável das cidades	130,5	96,3	12,0	13,4	23,6	15,7
Aumentar as actividades de I&D associadas aos clusters estratégicos	102,0	60,5	9,4	8,4	5,2	3,4
Reforçar a mobilidade intra-regional, através da melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes	50,1	39,8	4,6	5,5	16,1	10,7
Outras	265,8	188,0	24,5	26,2	40,2	26,7

Fonte: INALENTEJO

A promoção do desenvolvimento das cidades revela também alguma importância no que respeita à absorção de fundos comunitários detendo 13,4 e 15,7% do total aprovado e da despesa validada, embora menor que a promoção do relacionamento empresarial em clusters, sendo esta última área de intervenção responsável por cerca de 1/5 do FEDER aprovado, pese embora a menor capacidade de realização de despesa (14,2%) ●

Gráfico nº 9 – INALENTEJO – aprovações e execuções por Áreas de Intervenção



O INALENTEJO e as Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI)

Resultados a 30 de Setembro de 2011

De acordo com um estudo divulgado pelas Nações Unidas em Abril de 2011, no mundo actual as cidades representam mais de 80% da energia consumida e são responsáveis por mais de 70% das emissões que ocasionam o efeito de estufa, pelo que é cada vez mais necessário, encontrar formas para que essas mesmas cidades se tornem cada vez mais sustentáveis no futuro.

O tendencial aumento da população residente em cidades, coloca desafios e requer soluções à urbanização, mas encerra também oportunidades de planear o desenvolvimento urbano de forma coerente, com estratégias de desenvolvimento e formas de governação das cidades num horizonte de médio prazo.

A política de cidades na estratégia de desenvolvimento regional

A inovação nos processos e nos conteúdos e a forte identidade própria associada a uma imagem diferenciadora podem potenciar as memórias, as vivências e as aspirações das populações e das organizações locais tirando partido da criatividade aplicada à riqueza dos territórios.

Também a mobilização colectiva em torno de uma ideia forte, relevante e inovadora, que desenvolva sinergias entre os diferentes actores catalisa sinergias entre o sector público e privado e favorece a inter-relação que deve configurar uma parceria, condição essencial de qualquer processo de desenvolvimento territorial.

O êxito ou a eficiência das políticas públicas dependerá ainda da capacidade de aprendizagem colectiva, tendo em vista a inovação. A criação de um “conhecimento consensual” e de um desígnio comum que reconheçam a sua identidade e uma visão para o futuro, potencia as capacidades, os recursos e as competências de um território, uma cidade, um centro urbano ou de uma rede inter-urbana, afirmando o conceito de cidade ao serviço da revitalização socioeconómica.

Intervir para que o Sistema Urbano do Alentejo possa funcionar como protagonista privilegiado da renovação urbana e da competitividade dos territórios, e como tal da criação de emprego e da produção de riqueza, significa atrair conhecimento, competências e ideias criativas, reforçando a capacidade de inovar com redução de custos e aumento da qualidade de produção de funções urbanas com ganhos na sustentabilidade.

No Alentejo o princípio orientador da Política de Cidades, enquanto referência para a integração territorial, pressupõe o ajustamento ao modelo de Sistema Urbano policên-

trico e definição de novas centralidades, identificando a capacidade de criação de redes de cooperação em coe-rência com o Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT) e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA).

A Política de Cidades e as Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação

No Alentejo as formas de povoamento não determinaram a existência de uma grande cidade na região, o que não significa que os centros do sistema urbano, à sua escala, não sejam chamados a desempenhar as funções associadas à economia urbana com as consequentes questões inerentes de mobilidade, qualidade do ar e segurança.

A intervenção RUCI encontra eco nestas preocupações. Reunir parcerias que alimentem o caminho da sustentabilidade da vida das cidades através de formulação de programas de acção que minorem os efeitos negativos patentes às aglomerações humanas e majorem os efeitos positivos dessas mesmas aglomerações pode ser então entendido como um dos objectivos desta intervenção.

RUCI, Litoral - Centro Cultural José Pomba Cupido, Alcácer do Sal



RUCI, Património - Museu Escrita Sudoeste, Almodôvar



Quadro 16 - Objectivos da Política de Cidades



Diferenciando-se das acções relativas a processos de regeneração urbana, respeitantes a uma cidade, as RUCI con-substanciam-se no estabelecimento de uma parceria correspondente a um processo estruturado de cooperação entre municípios, entidades públicas e entidades privadas que se propõem elaborar e implementar em comum um Programa Estratégico de desenvolvimento urbano centrado nos factores territoriais de competitividade e inovação, que em conjunto incluam três ou mais cidades e atinjam pelo menos 30 mil habitantes.

Desta forma as RUCI envolvem os municípios a quem cabe organizar a rede e liderar a parceria e a preparação do Programa Estratégico, e outros actores urbanos, nomeadamente: as empresas e suas associações; as instituições de ensino superior e os centros de I&D; operadores de serviço público de transportes, tecnologias de informação e comunicação; agências e associações de desenvolvimento regional e local; fundações e ONG; serviços da administração central.

Este tipo de instrumento de política integrando-se nos objectivos da Política de Cidades Polis XXI, tem como objectivos específicos cinco vertentes:

Quadro 17 - Objectivos das Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação



As RUCI respeitam a intervenções que envolvem os centros urbanos estruturantes do modelo de sistema urbano definido no PROTA estabelecido em consonância com as disposições do PNPOT.

A articulação estabelecida pelo PROT Alentejo com a dinâmica de planeamento de âmbito nacional e regional realizada no âmbito do QREN 2007/2013, reflecte os princípios, objectivos e orientações consagrados no PNPOT e o quadro de referência, dos diversos instrumentos comunitários, para o desenvolvimento das regiões da União Europeia. Em consonância com as orientações aí definidas a política de cidades aposta no reforço da capacidade de inovação, competitividade e internacionalização da base económica das áreas urbanas, bem como na melhoria da qualidade de vida, de que as RUCI são um dos principais vectores de intervenção.

A aposta na rede de cidades como suporte ao desenvolvimento da região deve ainda ter em conta os aglomerados de menor dimensão, como alvo de processos de requalificação urbana adequados às respectivas dimensões, tendo sobretudo em atenção o facto de alguns deles serem as áreas urbanas de suporte imediato (de retaguarda) tanto à manutenção do espaço rural, como às novas iniciativas turísticas que se perspectivam para a região, neles se projectando os diversos serviços de apoio públicos e privados.

Cabe aos Programas Operacionais Regionais acolher para efeitos de financiamento os instrumentos da Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação.

As diferentes redes RUCI no Alentejo

Com o fim de contribuir para a afirmação da competitividade das cidades do Alentejo, região que de múltiplas formas tem tentado afirmar-se como uma região inovadora, foi apresentado para financiamento pelo INALENTEJO um conjunto diferenciado de propostas no extenso território regional, participando algumas cidades até em diversas parcerias com distintos planos estratégicos, casos como Évora, Montemor-o-Novo, Beja, Moura, Grândola, Serpa, Santiago do Cacém e Sines.

Conjugando um leque variado de parcerias, abrangendo autarquias, associações, instituições de ensino e investigação e fundações, com participação de todos os centros urbanos estruturantes do Alentejo, conforme classificados no PROTA, o Alentejo apresentou em tempo hodierno oito Programas Estratégicos para formação de redes urbanas com o modelo de RUCI, os primeiros protocolados em Dezembro de 2009, em Abril de 2010 e o último em Junho de 2011.

Estas parcerias viriam a constituir seis diferentes RUCI aprovadas pelas autoridades de gestão dos PO regionais, incluindo em exclusivo ou não concelhos da região Alentejo sendo elas:

Quadro 18 – Parcerias dos Programas Estratégicos

RUCI						
	Rede ECOS – Energia e Construção Sustentáveis	Corredor Azul	Terras de Sol	Rede Urbana para o Património	Mobilidade, Inovação e Memória – Rede de Cidades do Alentejo Litoral	Rede de Economias Criativas
Tema	Energia e Construção Sustentável	Conectividade e Logística	Natureza, Paisagem e Riqueza Cultural	Património Histórico-cultural	Potencial Turístico e Internacionalização	Conhecimento e Criatividade
Leader da Parceria	Município de Moura	Município de Évora	Município de Reguengos de Monsaraz	Município de Beja	Município de Santiago do Cacém	Município de Óbidos
Programa Estratégico (investimento RUCI)	4,7 Milhões € no Alentejo	11,6 Milhões €	6,0 Milhões €	7,8 Milhões €	7,4 Milhões €	0,5 Milhões € no Alentejo

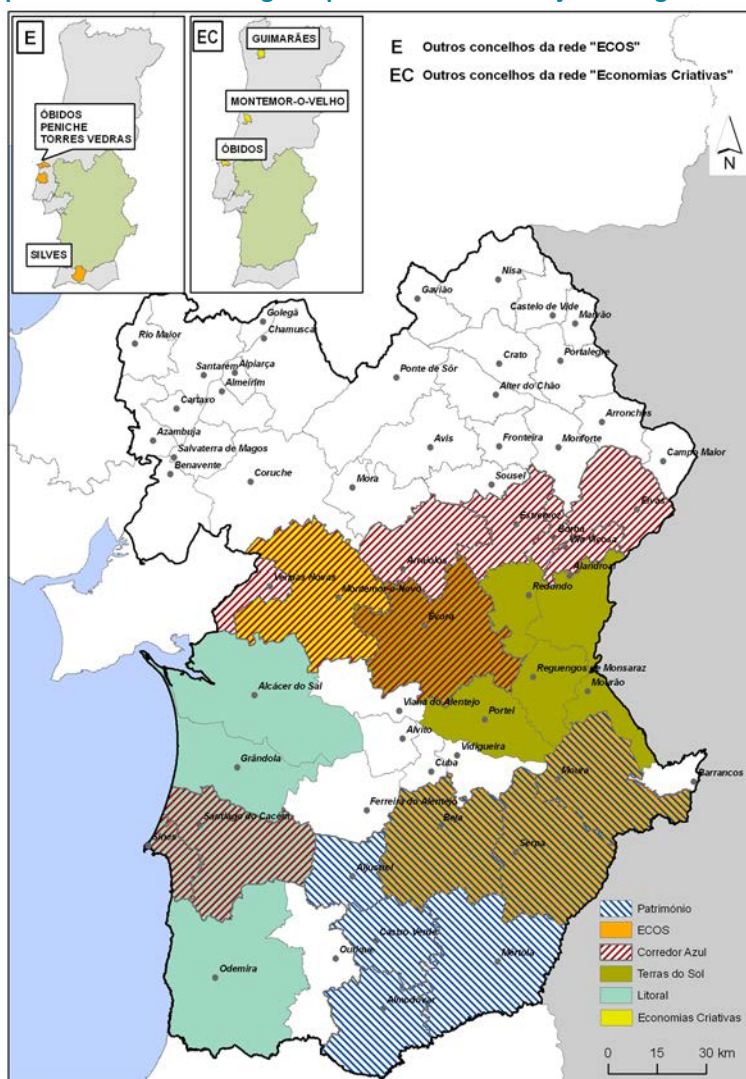
Outras duas redes contaram com a participação de municípios da região no início deste processo. Foram elas a liderada pela Câmara Municipal de Portalegre, a RUCI do Norte Alentejano, que pretendia envolver todos os concelhos da NUT III Alto Alentejo e ainda a Fundação Robinson; e a liderada pela Câmara Municipal de Grândola, a RUCI de Cidades com Marina, envolvendo para além de Grândola, várias cidades da região do Algarve e da região Centro. No entanto, embora tendo chegado a constituir um pacto de colaboração não vieram contudo a continuar os trabalhos de desenvolvimento de projectos.

Deste modo o município de Portalegre, centro urbano estruturante do PROTA não integra actualmente nenhuma RUCI, bem como os restantes concelhos da NUT III Alto Alentejo, à excepção de Elvas.

Também os concelhos de Mora, Viana do Alentejo, Alvito, Cuba, Vidigueira, Barrancos, Ferreira do Alentejo e Ourique não integraram nenhuma parceria de constituição de redes urbanas para a competitividade e inovação. Os concelhos da NUTIII - Lezíria do Tejo também não integram qualquer RUCI formalmente constituída.

Para além das RUCI acolhidas no EIXO 2 do INALENTEJO, encontra-se também incluído num Plano Estratégico aprovado no PO Centro, denominado RUCI das Economias Criativas, o concelho de Montemor-o-Novo, cujas acções sob responsabilidade deste município se encontram candidatas no INALENTEJO desde Agosto de 2011.

Mapa 3 - Concelhos abrangidos pelas RUCI em execução na região Alentejo



As 6 RUCI do Alentejo abrangem 25 municípios da região Alentejo e 375,4 milhares de habitantes, envolvendo cerca de 38 milhões de euros alocados aos Programas Estratégicos aprovados.

Aproveitando os dados já publicados pelo INE referentes aos resultados do último recenseamento, podemos verificar que em termos globais em todos os territórios das RUCI definidas se continuou a registar perca de população nos últimos dez anos. Dado que constitui um dos objectivos destas intervenções tornar as cidades mais competitivas para a atracção designadamente de recursos humanos, espera-se assim que destas intervenções programadas possa resultar uma contribuição para a inversão desta tendência negativa.

Quadro nº 19 - Evolução da população residente 2001-2011 - concelhos RUCI

RUCI	Habitantes 2001	Habitantes 2011	Acréscimo %
Corredor Azul	194.700	190.765	-2.0
ECOS ₂	69.075	66.543	-3.7
Terras do Sol	92.113	90.054	-2.2
Património	104.102	97 769	-6.1
Litoral	99.976	97 918	-2.1
Economias Criativas ₂	18.578	17.409	-6.3
Situação global₁	389.960	375.453	-3.7
<p>Fonte: INE – Recenseamentos da população – 2001 e 2011 (dados provisórios)</p> <p>Nota 1: o total não corresponde à soma das partes devido à participação de concelhos em várias RUCI</p> <p>Nota 2: apenas na parte referente à região Alentejo</p>			

Embora em termos médios estes concelhos registem uma perca populacional não tão gravosa como a verificada no global da região Alentejo, cujo valor foi de -6,6% entre 2001 e 2011, em todos eles se verificou perca de população. Tomando apenas para valor de análise os concelhos pertencentes ao Alentejo, a maior incidência de perca populacional respeita ao território da RUCI Economias Criativas, sendo a menor perca relativa à RUCI do Corredor Azul. A situação é um pouco menos desfavorável se compararmos os dados (provisórios) relativos aos habitantes das freguesias da sede de concelho entre 2001 e 2011, verificando que apenas no total das freguesias urbanas da RUCI Património e RUCI Litoral houve perda de habitantes, tendo registado crescimento todas as restantes freguesias urbanas que compõem as outras RUCI.

RUCI Corredor Azul

O Corredor Azul – Rede Urbana para a Competitividade e Inovação, é uma rede formal inspirada nas oportunidades que as importantes infra-estruturas e equipamentos de acessibilidades, comunicações e logística vão gerar nos próximos anos. Entre estas têm particular relevância as ligações rodoviárias e ferroviárias entre Lisboa e Madrid e o novo aeroporto de Lisboa, cuja área de influência beneficiará o território desta Rede Urbana.

Tendo como conceito base a conectividade foi constituída uma rede de Cidades, liderada pelo município de Évora, cujo elemento fundamental de associação e de parceria é desenhado pelos principais eixos rodoviários e ferroviários do triângulo Sines – Lisboa – Elvas, com o objectivo de desenvolver um território de excelência que se distinga pela dinâmica criativa e de inovação, pela capacidade de atrair investimentos e pessoas, pela qualificação dos seus recursos humanos e pela qualidade de vida nos seus aglomerados urbanos.

Os parceiros comprometidos com a concretização dos objectivos, abrangem os municípios de Arraiolos, Borba, Elvas, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Santiago do Cacém, Sines, Vendas Novas e Vila Viçosa e ainda mais oito entidades de natureza pública e privada relacionadas com os transportes, a investigação e a logística, que no entanto não são promotores de projectos.

RUCI, Corredor Azul - Tapete na rua, Arraiolos



O Plano Estratégico identifica um conjunto de 18 projectos para financiamento RUCI, envolvendo acções imateriais, relacionadas com a gestão, promoção e animação da rede, bem como acções dirigidas à valorização e requalificação de equipamentos e criação de infra-estruturas prevendo um investimento total de mais de 11 milhões € a que corresponderia uma comparticipação de cerca de 8 milhões € de FEDER.

As 16 operações já candidatas e aprovadas totalizam 8.47 milhões de euros e são na sua maioria relativas a projectos de infra-estruturas.

O projecto de maior valor de investimento é a “Ampliação do Centro de Negócios Transfronteiriços-1ª fase” apresentado pela CM de Elvas que foi aprovado com a taxa de comparticipação de 40% do FEDER, mas no qual a despe-

sa apresentada até final de Setembro de 2011 representa apenas cerca de 4% do investimento aprovado.

Há no entanto projectos cuja apresentação de despesa é já superior a 80% do total aprovado como o caso de "O Tapete está na rua" da responsabilidade da CM de Arraiolos que foi aprovado com uma taxa de comparticipação de 80%; por outro lado existem 6 projectos já aprovados que ainda não registam qualquer apresentação de despesa. Todos os projectos previstos no Plano Estratégico para financiamento RUCI foram apresentados ao INALENTEJO havendo no entanto ainda dois projectos em apreciação.

Quadro nº 20 - Operações aprovadas da RUCI Corredor Azul

Tipologia operações	nº	%	Investimento elegível(€)	%
Imateriais	8	50,0	1.891.835	22,3
Infraestruturas	7	43,8	6.449.673	76,1
Equipamentos	1	6,3	133.418	1,6
Total	16	100,0	8.474.925	100,0
Candidaturas em apreciação	2		2.548.209	

Fonte: INALENTEJO

RUCI ECOS

Esta parceria liderada pelo município de Moura envolve mais dois municípios no Alentejo, Serpa e Beja e ainda Silves da região Algarve e Óbidos, Peniche e Torres Vedras da região Centro na formulação do Plano Estratégico para a Rede ECOS - Energia e Construção Sustentável.

A par do conjunto de cidades associaram-se à parceria um grande leque de entidades englobando organismos públicos, universidades, centros de formação, associações empresariais, institutos de I&D, empresas, designadamente o CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral, a Lógica - Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura e a ASSECOS - Associação para a Competitividade e Inovação da Energia e Construção Sustentáveis que são promotores de acções deste Plano Estratégico.

Estabelecida para valorizar as potencialidades e experiência destes municípios nos domínios da energia e da construção sustentável, o Plano Estratégico previa para a região 8 acções no montante de 4,7 milhões €, a realizar até 2013, e foi aprovado com uma taxa de comparticipação do FEDER de 80%.

O facto do Baixo Alentejo apresentar, em algumas áreas, o maior potencial de aproveitamento da energia solar de toda a Europa, da Região Oeste ostentar dos melhores

potenciais nacionais para aproveitamento da energia eólica e energia das ondas, e de Serpa, Beja e Silves detem uma importante experiência ao nível da construção sustentável a partir de arquitecturas tradicionais constitui uma mais-valia da presente rede. Trata-se, desta forma, de uma complementaridade de capacidades e potencialidades indutoras de massa crítica e da promoção conjunta de estratégias de competitividade e inovação e de marketing territorial, face à vocação de cada um dos municípios, de âmbito regional, nacional e internacional.

No que respeita às acções no Alentejo, o projecto com maior montante elegível, 1,01 milhões € é o "Edifício Sustentável" da CM de Beja o qual no entanto ainda não apresentou despesa; o projecto com maior execução, que já apresentou despesa correspondente a mais de 90% do aprovado, respeita ao "Edifício Zero Emissões - Parque Tecnológico de Moura" sob a responsabilidade da Lógica - Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E M, aprovado com uma taxa de 80% de comparticipação FEDER.

Relativamente ao Plano Estratégico existem ainda duas candidaturas em apreciação, respeitantes a acções de Sensibilização e ao projecto de Mobilidade ECOS.

RUCI, ECOS - Edifício Zero Emissões, Moura



Quadro nº 21 - Operações aprovadas da RUCI ECOS

Tipologia operações	nº	%	Investimento elegível(€)	%
Imateriais	2	33,3	890.058	27,3
Infraestruturas	2	33,3	1.955.034	60,0
Equipamentos	2	33,3	411.520	12,6
Total	6	100,0	3.256.612	100,0
Candidaturas em apreciação	2		1.050.191	

Fonte: INALENTEJO

RUCI Património

A Rede Urbana para o Património agrega um conjunto de 7 parceiros, os municípios de Beja (Município Líder), Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Mértola, Moura e Serpa, que se uniram em torno do objectivo comum de potenciar a competitividade e a inovação tomando como base o Património histórico – cultural.

A estes Parceiros juntam-se outras três Entidades relevantes pela actividade que desenvolvem no âmbito da problemática do Património. São elas: a Assembleia Distrital de Beja, o Instituto Politécnico de Beja e a Turismo do Alentejo, ERT. Apenas a primeira é promotora de projectos inseridos no Plano Estratégico aprovado.

O plano estratégico prevê um total de 30 acções diferenciadas abrangendo projectos de natureza imaterial bem como infra-estruturas e equipamentos, num montante total de 7,8 milhões €, contando com uma comparticipação de FEDER de cerca de 80%.

Até agora as 23 operações apresentadas e aprovadas ascendem a cerca de 5 milhões € e dizem respeito na sua maioria a projectos de infra-estruturas. Destas operações 3 ainda não apresentaram qualquer despesa; o projecto de maior montante, cerca de 1,1 milhão €, é a operação “Centro de Documentação, Arquivos e Núcleo Museológico do Tipógrafo” sob a responsabilidade da CM de Aljustrel que no entanto ainda não apresentou despesa.

Há já 5 operações que apresentaram até final de Setembro para pedido de pagamento a totalidade da despesa elegível, no entanto todos estes são de montantes muito diminutos, inferiores a 50 mil €.

Os projectos de maior execução para além destes, respeitam ao “Encontro de Culturas e Mercado Cultural de Serpa” no valor de 656 mil € de investimento elegível com 98,6% de despesa apresentada e ao “Centro de Joalheria Contemporânea” da CM de Moura, com 97,7% do investimento aprovado elegível cujo montante era superior a 444 mil €.

RUCI, Património - Museu Gordillo, Centro de Joalheria Contemporânea, Moura



Quadro nº 22 - Operações aprovadas RUCI Património

Tipologia operações	nº	%	Investimento elegível(€)	%
Imateriais	7	30,4	988.134	18,9
Infraestruturas	10	43,5	3.965.054	75,8
Equipamentos	6	26,1	277.087	5,3
Total	23	100,0	5.230.274	100,0
Candidaturas em apreciação	7		1.486.515	

Fonte: INALENTEJO

RUCI Litoral

Parceria liderada pelo município de Santiago do Cacém que visa como propósito geral no seu Programa Estratégico da “Rede de Cidades do Alentejo litoral, Mobilidade, Inovação e Memória” valorizar os elementos de suporte ao processo de internacionalização da região, nomeadamente o desenvolvimento de factores específicos que beneficiem do reforço das complementaridades interurbanas.

A parceria da Rede Urbana do Alentejo Litoral inclui, além das Câmaras Municipais de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Sines, Grândola e Odemira, a Associação dos Resorts do Alentejo Litoral, que reúne os promotores dos projectos de investimento turístico em implementação na região, os quais não são responsáveis/beneficiários de operações neste Plano Estratégico.

A concretização do Programa Estratégico desta RUCI contempla operações de promoção de eventos de dimensão nacional e internacional, de informação e divulgação do património, de melhoria da rede de infra-estruturas para produção e programação cultural, de requalificação de espaços públicos urbanos e de promoção da mobilidade com vista a estimular o aproveitamento competitivo do elevado potencial turístico intrínseco ao Alentejo Litoral. No Plano Estratégico são propostos um conjunto de projectos com um montante total de 7.4 milhões € de investimento elegível como RUCI e uma taxa de comparticipação do FEDER de 80%.

As operações já aprovadas ascendem a 5.3 milhões de euros e são na sua maioria relativas a projectos de infra-estruturas. O projecto de maior montante diz respeito à operação “Construção da Ponte Pedonal sobre o rio Mira em Odemira” no valor de 1,4 milhões € contudo sem des-

pesa apresentada; o Festival das Músicas do Mundo é a operação com maior valor de despesa apresentada, superior a 1 milhão €, por outro lado o projecto com maior execução respeita ao “Reforço das ligações dos bairros periféricos à cidade de Alcácer do Sal”, cuja despesa já ultrapassa o valor do investimento elegível aprovado.

O projecto com o maior montante previsto no Plano Estratégico, respeitava à Escola de Artes de Sines, já candidata-do mas ainda em apreciação.

RUCI, Litoral - Festival das Músicas do Mundo, Sines



Quadro nº 23 - Operações aprovadas RUCI Litoral

Tipologia operações	Nº	%	Investimento elegível(€)	%
Imateriais	2	28,6	1.633.296	30,7
Infraestruturas	5	71,4	3.680.427	69,3
Equipamentos	0	0,0		0,0
Total	7	100,0	5.313.723	100,0
Candidatura em apreciação	1		1.671.750	

Fonte: INALENTEJO

RUCI, Litoral - Festival das Músicas do Mundo, Sines



RUCI Terras do Sol

A Rede Terras de Sol constituída por seis cidades e aglomerados urbanos do Alentejo Central (Alandroal, Évora, Mourão, Portel, Redondo e Reguengos de Monsaraz), liderada pelo município de Reguengos de Monsaraz, resulta da presença, em todos eles, de um conjunto diversificado de factores distintivos, culturais e produtivos que potenciados numa lógica estruturada de cooperação, poderão ajudar esta área geográfica a ganhar efeito de escala e a afirmar-se externamente por estes produtos.

Define-se como uma rede que se encontra ligada à valorização e exploração de factores de atractividade dos seis concelhos, como os seus recursos patrimoniais únicos e distintivos, os seus produtos tradicionais, a qualidade da paisagem e a ligação privilegiada ao elemento natureza e paisagem e a sua riqueza cultural.

Outro elemento unificador é o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva cuja zona de influência, face ao seu carácter estruturante no território, abarca todas as cidades e aglomerados urbanos da Rede Terras de Sol.

A Rede Terras de Sol engloba uma parceria vasta, em que os municípios se constituem como promotores, aos quais se junta um leque diversificado de actores regionais e locais que, com as suas competências específicas, contribuem para a interdisciplinaridade e para a implementação de acções em cooperação, sem que no entanto, sejam promotores de projectos a candidatar.

As acções previstas ascendem no Plano Estratégico a um montante de 6 milhões € de investimento elegível como operações RUCI e uma taxa de comparticipação de cerca de 80% de FEDER.

O projecto de maior montante respeita à “Requalificação do Centro Histórico do Redondo” com 872,4 mil € aprovado com uma taxa de comparticipação FEDER de 65,8%. O Centro de Investigação e Valorização do Montado, apresentado pelo município de Portel, a Requalificação da

zona envolvente do Castelo, município do Alandroal, o Parque Ambiental do Redondo e o Festival de Verão Terras de Sol, registam apresentação de despesa superior a 70% do respectivo montante aprovado todos com taxa de 80% de participação FEDER.

Todos os projectos previstos no plano estratégico já foram objecto de candidatura embora existam no entanto ainda 6 candidaturas em apreciação relativas quer a projectos de natureza física e imaterial.

RUCI, Terras de Sol - Festival Terras de Sol, Reguengos de Monsaraz



Quadro nº 24 - Operações RUCI Terras do Sol

Tipologia operações	nº	%	Investimento elegível(€)	%
Imateriais	4	36,4	427.127	12,9
Infraestruturas	5	45,5	2.600.087	78,5
Equipamentos	2	18,2	284.999	8,6
Total	11	100,0	3.312.213	100,0
Candidaturas em apreciação	6		2.451.249	

Fonte: INALENTEJO

RUCI Economias Criativas

Envolveu no início os municípios de Portalegre e Montemor-o-Novo, os quais se aglutinaram com Guimarães, Montemor-o-Velho e Óbidos que lidera esta rede com candidatura aprovada pelo PO Centro. Esta RUCI apenas mantém na região a participação do município de Montemor-o-Novo com uma operação candidata e aprovada no EIXO 2 do INALENTEJO no valor de 0.6 milhões €, respeitante à “Recuperação e Re-funcionalização do Moinho do Ananil” com uma taxa de participação de 65%.

Tomando partido da experiência das cidades que a constituem no desenvolvimento de indústrias criativas e reconhecimento internacional de algumas delas, visam no seu programa de acção estruturante, valorizar e adquirir

conhecimentos na área da Criatividade e Atracção de Talentos que determinam o reforço de complementaridades interurbanas.

RUCI, Economias Criativas - Moinho do Ananil, Montemor-o-Novo



Ponto de situação das operações RUCI

Até final de Setembro de 2011 a despesa apresentada pelo conjunto de operações RUCI com investimento aprovado ascende a cerca de 8 milhões €, correspondendo a uma solicitação de FEDER de 5.687.421€ e portanto a uma relação com o investimento elegível aprovado no conjunto das operações de 31%.

A situação quanto à realização de investimento em cada uma das RUCI é diferenciada, como se pode verificar no quadro nº25, apresentando a RUCI Terras do Sol a maior percentagem de apresentação de despesa e se excluirmos a RUCI Economias Criativas pela diminuta expressão que detém na região, é a RUCI Corredor Azul a que regista a menor apresentação de despesa.

No entanto esta RUCI, Corredor Azul, é uma das que apresenta uma maior taxa de compromisso (aprovado /programado), sendo a RUCI Terras do Sol a que verifica a menor taxa de compromisso no período em análise.

Quadro nº 25 – RUCI - Operações Aprovadas – investimento aprovado até 30.9.2011

RUCI	Nº de projectos	Investimento elegível previsto (Plano Estratégico aprovado) mil€	Nº de operações aprovadas	Investimento total aprovado(mil €)	Investimento elegível aprovado(mil€)	FEDER aprovado(mil€)	Taxa média de comparticipação (%)	Taxa de compromisso(%) Aprovado/prográ mado
ECOS	8	4.758	6	5.921	3.257	2.535	78	68
Corredor Azul	18	11.655	16	8.603	8.475	5.621	66	73
Património	30	7.806	23	5.771	5.230	3.697	71	67
Litoral	8	7.444	7	5.442	5.314	2.846	54	71
Terras do Sol	17	6.012	11	3.413	3.312	2.472	75	55
Economias Criativas	1	500	1	644	602	391	65	120
Total	82	38.174	64	29.794	26.190	17.563	67	69

Fonte: INALENTEJO

Relativamente ao investimento previsto como elegível constante nos Planos Estratégicos aprovados, observam-se algumas diferenças nos montantes apresentados e aprovados em cada uma das operações individualmente, em resultado de uma melhor maturação sobre os contornos de cada projecto relativamente ao período em que se processou a aprovação do plano estratégico em que se inseriam. Daqui resulta uma diferença significativa entre o montante global correspondente ao investimento proposto em cada RUCI e a soma resultante do total de investimento relativo às operações com o valor das candidaturas em apreciação.

Todos os projectos propostos nos planos estratégicos foram já objecto de candidatura. Há no entanto 18 candidaturas ainda em apreciação, que na sua maioria foram apresentadas durante o final de Abril de 2011, exceptuam-se as candidaturas relativas às RUCI ECOS (2) e RUCI Corredor Azul (2) que foram submetidas apenas em Junho.

Quadro nº 26 RUCI - Operações Aprovadas – despesa apresentada até 30.9.2011

RUCI	Nº de operações aprovadas	Despesa apresentada elegível(mil€)	FEDER solicitado (mil€)	% sobre o investimento elegível aprovado
ECOS	6	1.165	913	36
Corredor Azul	16	818	614	10
Património	23	2.330	1.770	45
Litoral	7	2.005	1.051	38
Terras do Sol	11	1.745	1.339	53
Economias Criativas	1	0	0	0
Total	64	8.063	5.687	31

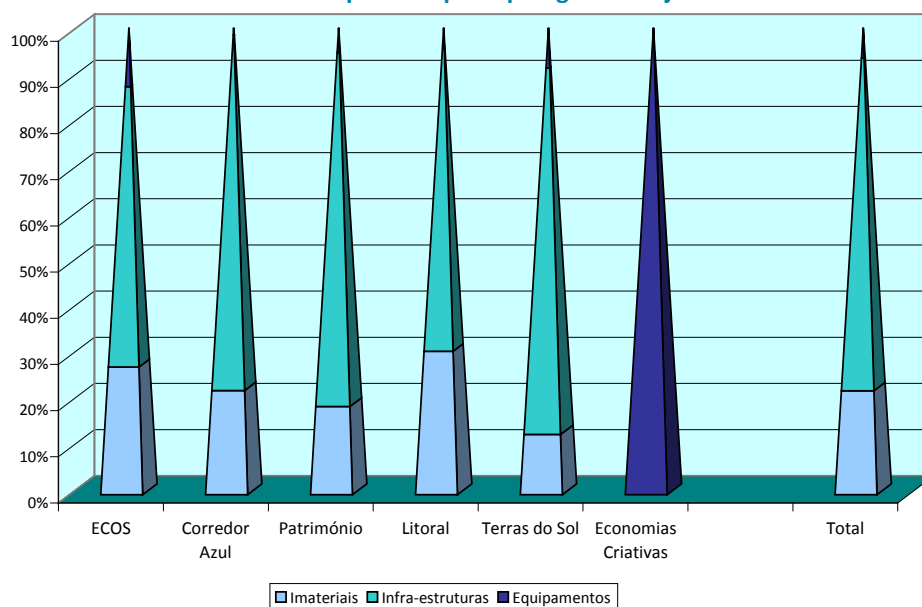
Fonte: INALENTEJO

RUCI, Terras de Sol - Torre do Relógio, Monsaraz



Tipologia de projectos aprovados

Gráfico nº 10 – Investimento Aprovado por Tipologia de Projectos



Fonte: INALENTEJO

De um modo geral a maioria do investimento aprovado nas operações RUCI respeita a projectos de infra-estruturas, embora na tipologia referente a acções imateriais, na qual se incluem a realização de eventos, animação, promoção e gestão verifique o mesmo número de operações aprovadas. Nesta tipologia os 23 projectos já aprovados respeitam a pouco mais de 20% do total do investimento aprovado.

Não considerando a distribuição por tipologia referente à RUCI Economias Criativas que na região apenas se reporta a um projecto no sector dos equipamentos, a RUCI do Litoral, (com 31%) apresenta uma maior expressão nos projectos imateriais, sendo a RUCI Terras do Sol aquela onde este tipo de operações tem a menor representatividade (13%).

Tipologia de beneficiários

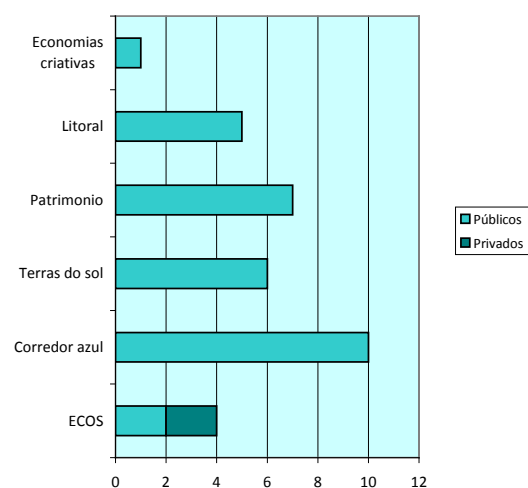
À excepção da RUCI ECOS, onde se verifica uma expressão significativa de outras tipologias de parceiros, são as Câmaras Municipais as principais beneficiárias responsáveis pelos projectos incluídos nos planos estratégicos apresentados.

De entre as entidades para além das Câmaras Municipais com projectos inseridos nos diferentes planos estratégicos e que já viram as suas operações aprovadas, contam-se a Assembleia Distrital de Beja, com um projecto na RUCI

Património, no valor de 100 mil € de investimento elegível e a Lógica - Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M., na RUCI ECOS com 3 projectos aprovados no valor total de 1.357 mil € de investimento elegível bem como a ASSECOS com um projecto aprovado no valor de 187 mil€.

Nas candidaturas em apreciação constam também como promotores para além dos projectos apresentados pelas Câmaras Municipais, 3 projectos da Assembleia Distrital de Beja, 2 projectos da ASSECOS ●

Gráfico nº 11 – Número e Tipo de Promotores de Operações Aprovadas nas RUCI



Fonte: INALENTEJO

Demografia Regional – Análise da evolução da população por lugares

Resultados Preliminares do Censo de 2011

A demografia regional é claramente um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento da região e uma forte condicionante que as políticas públicas não podem deixar de ter em conta.

É neste quadro que no presente Boletim se continua a analisar de forma mais fina alguns dados preliminares do Censo 2011.

A análise da evolução da população a residir nos lugares da região, permite confirmar que a tendência regressiva da população do Alentejo tem sido acompanhada por um processo de concentração populacional, que se vem manifestando há algumas décadas.

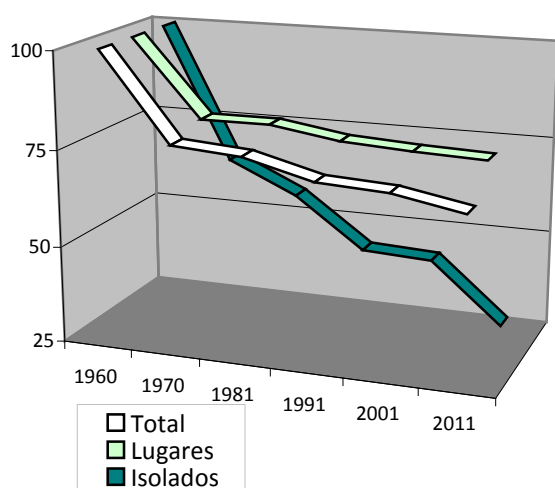
Na verdade, aqueles resultados evidenciam o aumento proporcional da população a residir em lugares, que passou de 89,4% em 2001 para 93% em 2011, com a consequente diminuição da população isolada que, na última década, passou de 56.552 para 35.893 habitantes, o que corresponde a uma redução de 36,5% e a uma perda 20.659 residentes.

Quadro nº 27 - População residente por lugares e Isolados – 2001/2011

População Residente	2001		2011	
	V.A.	%	V.A.	%
Em Lugares	479.201	89,4	475.013	93,0
Isolados	56.552	10,6	35.893	7,0
Total	535.753	100,0	510.906	100,0

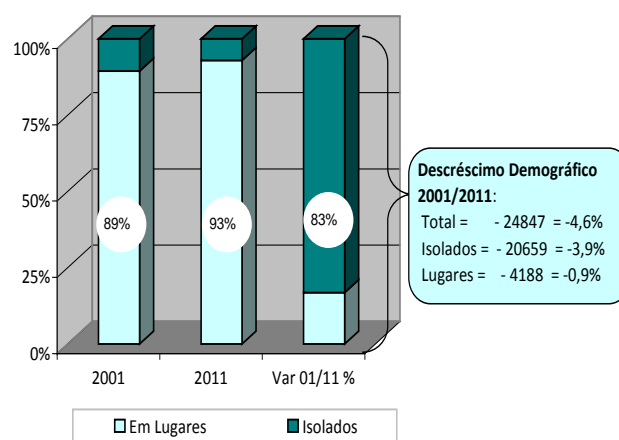
Fonte: INE - Censo de 2011 - Resultados Preliminares

Gráfico nº 12 - Evolução da população residente por lugares e Isolados – 1960/2011



Este quantitativo representa 3,9% do total da população residente no Alentejo em 2001, o que quer dizer que o maior contributo para a diminuição de população que se constatou em 2011, num total de 24.847 habitantes, verifica-se na população isolada, uma vez que a população a viver em lugares apenas perdeu 4.188 pessoas.

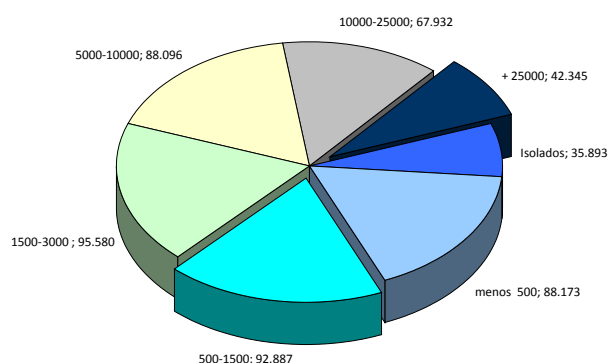
Gráfico nº 13 - Evolução da população residente por lugares e Isolados – 2001/2011



Dito de outra forma, 83,1% do decréscimo demográfico que ocorreu nos últimos 10 anos no Alentejo deve-se à redução da população que vive isolada, fora, portanto, de qualquer localidade e que, na actualidade, não representa mais de 7% dos alentejanos. Tendo em conta a análise estatística, se não se considerasse a população isolada, o decréscimo demográfico do Alentejo, na última década, não seria de -4,6%, como de facto ocorreu, mas de -0,9%. Outra característica do povoamento concentrado do Alentejo advém do facto de a população se situar, maioritariamente, em lugares de pequena dimensão. Na verdade, verifica-se ainda um quantitativo considerável de população que reside em lugares com menos de 500 habitantes (88.173 habitantes), numa proporção que supera os 17%. Se a estes se juntarem aqueles que vivem isolados, atinge-se um número que representa cerca de ¼ (24,3%) da população alentejana.

Em sentido contrário, só 21,6% dos alentejanos povoam localidades com mais de 10.000 habitantes e só 42.345 pessoas, 8,3% dos residentes no Alentejo, moram no único lugar com mais de 25.000 habitantes, num quantitativo semelhante aos que vivem fora de qualquer localidade.

Gráfico nº 14 - População residente por classes de lugares 2011



De realçar também o considerável número daqueles que residem em lugares com população compreendida entre os 500 e os 1500 habitantes, 92.887 pessoas, que somados aos das categorias inferiores elevam para mais de 2/5 (42,5%) a proporção de população que reside em localidades abaixo dos 1.500 habitantes.

Relativamente a 2001, a evolução da forma como a população se distribui pelo território deu-se no sentido do aumento da concentração populacional nos lugares de maiores dimensões, patente no aumento significativo da população a residir em lugares com mais de 10.000 habitantes que passou de 19,5 para 21,3% a que corresponde um aumento da ordem dos 10%.

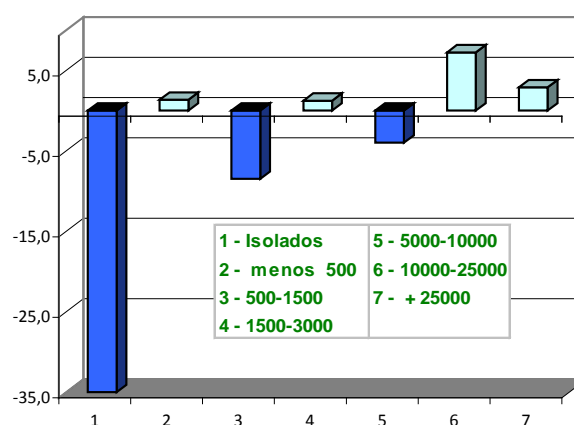
Quadro nº 28 - Variação da população residente por classes de lugares 2001/2011

Designação	Variação 2001/2011	
	Absoluta	%
Isolados	-20.659	-36,5
menos de 500 habitantes	1.162	1,3
500 a 1500 habitantes	-8.611	-8,5
1500 a 5000 habitantes	1.159	1,2
5000 a 10000 habitantes	-3.666	-4,0
10000 a 25000 habitantes	4.582	7,2
25000 e + habitantes	1.186	2,9
Total Lugares	-4.188	-0,9
Total	-24.847	-4,6

Fonte: INE - Censo de 2011 - Resultados Preliminares

Registou-se, também, uma diminuição muito significativa da população a residir nos lugares de menor dimensão, em particular naqueles entre os 500 e os 1.500 habitantes que perderam 8.611 residentes, o que corresponde a uma diminuição de 8,5% na importância daqueles lugares no contexto do povoamento do Alentejo. Esta redução é a mais significativa a seguir à que se verificou na população isolada que sofreu, como já se referiu, uma perda de 36,5% dos seus efectivos.

Gráfico nº 15 – Variação da população residente por classes de lugares 2001/2011



Como curiosidade registe-se o aumento de 1,3% da população a residir em lugares com menos de 500 habitantes e que, entre outras causas que vierem a analisar-se, poderá dever-se ao aparecimento de novos lugares criados na área de influência dos de maiores dimensões.

Para além da reduzida dimensão média das localidades da Região do Alentejo, o povoamento regional assenta numa estrutura de lugares onde prevalece o elevado número de povoações de muito pequena dimensão. Estas coexistem com alguns lugares de média dimensão, não existindo na região qualquer aglomerado que supere os 45.000 habitantes.

Na verdade, o sistema urbano regional não sofreu alterações consideráveis na passagem da última década, assentando numa estrutura poli-núcleada, encimada por lugares de média dimensão, sendo que o maior lugar regional – Évora – apresenta uma dimensão ligeiramente superior a 42.000 habitantes e os 4 maiores lugares subsequentes (Beja, Elvas, Portalegre e Sines), encontram-se numa categoria de população situada entre os 10.000 e os 25.000 habitantes.

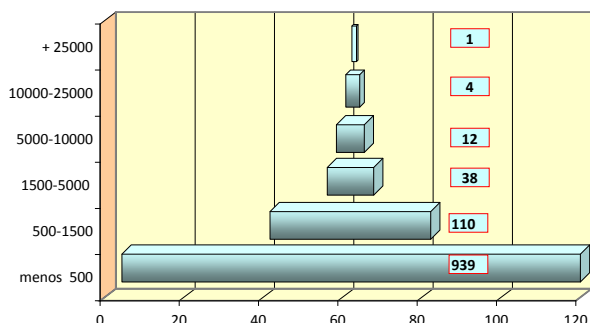
Quadro nº 29 – Número de lugares por dimensão 2011

Classes de Lugares	Lugares - 2011		Var. 01/11
	V.A.	%	
menos de 500 habitantes	939	85,1	21,5
500 a 1500 habitantes	110	10,0	-6,0
1500 a 5000 habitantes	38	3,4	-2,6
5000 a 10000 habitantes	12	1,1	-7,7
10000 a 25000 habitantes	4	0,4	0,0
25000 e + habitantes	1	0,1	0,0
Total	1.104	100	16,6

Fonte: INE - Censo de 2011 - Resultados Preliminares

Abaixo deste nível, na categoria de 5.000 a 10.000 habitantes, existem 12 lugares, constituídos maioritariamente por lugares sede de concelho, à excepção do lugar de Vila Nova de Santo André. Este quantitativo não representa mais de 1,1% do total de lugares da região.

Gráfico nº 16 – Número de lugares por dimensão 2011



Fonte: INE - Censo de 2011 - Resultados Preliminares

No nível compreendido entre os 1.500 e os 5.000 habitantes ainda se situam 31 lugares sede de concelho, e no seu todo, atingem as 38 localidades numa proporção correspondente a 3,4% do total de lugares. Próximo do limite inferior desta categoria de dimensão de aglomerados situa-se o lugar de Barrancos, com 1.824 habitantes, que representa o lugar sede de concelho de menor dimensão. Abaixo dos 1.500 habitantes, encontram-se mais de 95% dos lugares, num quantitativo de 1.049 localidades, cuja disseminação pelo território garante a sustentabilidade do espaço regional.

De entre este, 110 encontram-se na classe dos 500 a 1.500 habitantes e assumem particular importância na fixação de actividades económicas que garantem capacidade de

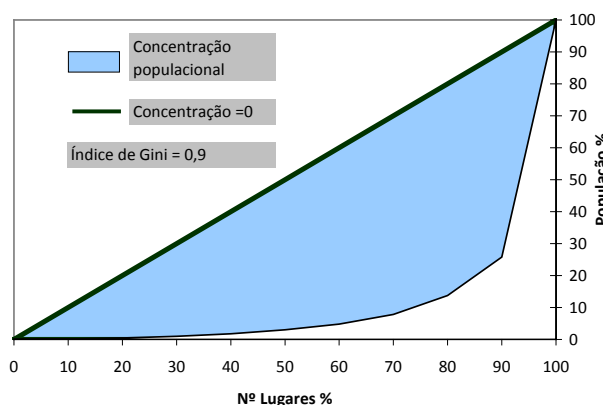
fixação populacional no interior do território regional que, cada vez mais, se encontra num processo de recessão demográfica. Mesmo assim, na última década, estes lugares sofreram uma diminuição de 6%, reflectida no facto de 7 deles terem visto a sua população reduzir-se para valores inferiores a 500 habitantes.

O aumento que se verificou no número total de localidades da região, de 2001 para cá, deve-se unicamente ao aumento dos lugares com menos de 500 habitantes, que cresceram 21,5%, valor bastante expressivo e que se deve também, à criação de novos lugares na periferia dos principais centros urbanos.

Os lugares de maior dimensão mantiveram-se inalterados, sendo de registar apenas diminuição da população de Vila Viçosa que regrediu para valores abaixo dos 5.000 habitantes, sendo responsável por um decréscimo de 7,7% na tipologia de lugares compreendidos entre os 5.000 e os 10.00 habitantes.

A concentração populacional pode também ser avaliada com recurso a metodologias específicas que permitem identificar e medir o grau daquele fenómeno, designadamente o Índice de Gini. Esta medida varia entre 0 e 1, para as situações em que não há qualquer concentração, e para as que ocorrem quando a concentração é máxima, respectivamente. A representação gráfica dos fenómenos de concentração é feita com recurso à curva de Lorentz. Assim, no que respeita à distribuição da população do Alentejo pelo território regional, o grau de concentração é muito elevado, (Índice de Gini = 0,9), patente no facto de a 90% dos lugares mais pequenos corresponder apenas 25,8% da população e os 10% de lugares maiores serem responsáveis por 74,2% dos habitantes da região.

Gráfico nº 17 – Curva de Lorentz – Concentração populacional nos lugares do Alentejo 2011



Numa perspectiva global, é possível verificar que, na última década, só 237 lugares, cerca de ¼ do total, sofreram variações positivas no seu efectivo populacional, sendo que a maior parte deles (194) registou aumentos inferiores a 100 habitantes.

Aumentos demográficos significativos superiores a 500 habitantes ocorreram em 7 lugares (0,7% do total), com particular relevância para as localidades de Sines e de Elvas que registaram aumentos de 1.973 e de 1.349 habitantes respectivamente.

Quadro nº 30 – Lugares por variação populacional 2001/2011

Variação 2001/2011	Nº lugares	%
Lugares com crescimento	237	25,0
Acréscimo de menos de 100 hab.	194	20,5
Acréscimo de 100 a 500 hab.	36	3,8
Acréscimo de 500 a 1000 hab.	5	0,5
Acréscimo de + de 1000 hab.	2	0,2
Lugares com decréscimo	683	72,1
Decréscimo de menos de 100 hab.	613	64,7
Decréscimo de 100 a 500 hab.	69	7,3
Decréscimo de 500 a 1000 hab.	1	0,1
Lugares com variação nula	27	2,9
Total	947	100,0

Fonte: INE - Censo de 2011 - Resultados Preliminares

Cerca de ¾ lugares das povoações alentejanas (72,1%) viram, de 2001 para cá, a sua população reduzida, mas, na sua grande maioria, registaram decréscimos inferiores a 100 habitantes. De entre aqueles que perderam população em número superior a 100 habitantes merecem referência particular Alcácer do Sal e Vila Viçosa, que perderam 423 e 452 habitantes respectivamente.

Registaram-se ainda 27 lugares, cerca de 3%, com variação nula do seu efectivo demográfico no período de 2001 a 2011 ●



